

**Palavras da BASTONÁRIA da Ordem dos Advogados
no Painel sobre JUSTIÇA, em que intervieram os
Senhores PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA, PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
e PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL
ADMINISTRATIVO, em 27.06.91**

Eu tive um sonho

Eu tive um sonho em que vi, totalmente remodelada, a face da Justiça.

Sonhei que neste último decénio do século que finda, no dealbar de um novo milénio, numa época, talvez por isso mesmo, em constante mutação, numa época em que a técnica põe ao nosso alcance meios que revolucionam não só os modos de agir como os de pensar, utilizaríamos — todos — o engenho de que fomos dotados, a fé de que não podemos prescindir, as circunstâncias que nos possam ser favoráveis e, com tudo isso, com tudo isso e uma enorme, uma imensa vontade, mudaríamos a face da Justiça.

Não se trata de lutar, já, para que haja Democracia. Não se trata de pugnar, já, para que sejam respeitadas as Liberdades fundamentais.

Todavia...

Trata-se, no fundo, de lutar por isso tudo. Porque, enquanto o mais pequeno dos nossos irmãos não vir assegurado o seu direito de acesso ao Direito, não há Democracia.

Não basta que passemos a viver num grande espaço europeu, potenciado pela prosperidade económica, pelo enriquecimento

cultural, pelo progresso de uma comunidade alargada, de que somos já parte.

Importa, também, que dentro das nossas fronteiras internas, essa prosperidade e esse enriquecimento cultural se façam sentir no melhoramento das nossas estruturas materiais e humanas.

E isso passa por uma *organização judiciária* que facilite o normal funcionamento dos diversos Protagonistas da Relação Judiciária e, assim, possa servir o Cidadão.

Como passa por uma Justiça *acessível e pronta* que garanta, não só o acesso de *todos* aos Tribunais e à Informação Jurídica, como manda o art. 20.º da Constituição, mas que garanta também a cada um — mesmo não carecido de meios económicos — a decisão do seu pleito dentro de um tempo razoável, para que tal decisão seja Justa.

Como passa por uma Justiça transparente, como se usa dizer, uma *Justiça acessível aos meios de comunicação social* — que não poderão funcionar como meio de pressão sobre o espírito do Julgador — que deve dispor de toda a serenidade no acto de julgar — mas como forma de *legitimar o Julgamento*.

É que, de harmonia com um velho preceito «Justice must be seen to done». E se os Juizes fazem Justiça em nome do povo, a *legitimidade dos Julgamentos vem do facto de serem eles públicos*.

Esta publicidade poderá conduzir a um comportamento mais rigoroso e verdadeiro por parte das testemunhas e ser motor de preparação mais cuidada e exigente por parte de Magistrados e Advogados.

E falando de preparação de Advogados, eu tive um sonho...

Sonhei que, sem quebra da Independência e da Liberdade — sem as quais não existem Advogados — o Estado assumia plenamente o seu dever de — reconhecendo os serviços que os Advogados prestam ao País — dotar a Ordem de meios que lhe permitam proporcionar-lhes a Formação de que carecem.

Durante dezenas de anos, a formação dos novos Advogados foi inteiramente suportada pelos seus colegas mais velhos.

Vivemos, porém, num tempo novo, em plena explosão numérica de Candidatos. E as estruturas do passado não são já sufi-

cientes para fornecer a Formação — acrescida — que os novos tempos e a Integração que está à nossa porta, requerem.

Criaram-se estruturas para dar formação aos Magistrados; estruturas para formar Funcionários Judiciais. Importa que os Advogados não fiquem do lado de fora da porta.

Não é demais repetir que não há Justiça sem Advogados, nem contra eles. E que os Advogados são, também, parte do Tribunal.

Queremos que o Cidadão — todo o cidadão, rico ou pobre — tenha direito a ser assistido por um Advogado tecnicamente competente, deontologicamente bem preparado e eticamente irreprensível.

E queremos que todo o cidadão tenha direito a ser assistido por um Advogado, e não por alguém que «faz as vezes de».

Isto passa, também, pela remodelação do Estatuto do Defensor, como passa pela remodelação das leis em geral, sobretudo no campo Penal.

E passa, aliás, pela remodelação do Estatuto de Parte no Processo. Porque se à Parte forem assegurados os direitos que lhe devem competir e a posição no Processo que deve ser a sua, por arrastamento estará salvaguardado o estatuto do Defensor.

Se houvesse que traçar o perfil do Cidadão português, partindo da lei — civil e penal — haveríamos de chegar à conclusão de que é, no mínimo, um «mau carácter». Alguém que, se morre o cônjuge — por exemplo — é suspeito para defender e salvar os bens dos filhos menores, de tal maneira que há que instaurar Inventário Obrigatório, assegurando assim que, alguém de fora, defenda os direitos de tais menores!

Com que custos para eles isto se passa, sabemos todos bem demais, de forma a não ser necessário repetir aqui!!

Eu tive um sonho...

Que as leis que têm a ver com a Administração da Justiça, como, por exemplo, o Código Penal, não eram feitas, nem alteradas, sem intervenção dos Advogados, sem intervenção da Ordem.

E que aos Advogados era assegurada a mais lata liberdade para cumprirem a sua *missão*. Que não eram sujeitos a discriminação nem, por qualquer forma, inferiorizados em relação aos

demais Protagonistas na Relação Judiciária; nem vítimas de tratamento desleal ou de violação da privacidade e liberdade a que têm direito — como é o caso, por exemplo, das escutas telefônicas, ainda que autorizadas.

E eu tive um sonho...

Que se criaria uma consciencialização colectiva de que *sem Justiça não há País*, de que urge um congregar de esforços para dotar o Sector da Justiça de meios materiais e financeiros para que *funcione*.

E de que os meios humanos que, nesse Sector, irão funcionar — e refiro-me agora aos Advogados e Advogados-Estagiários — assegurado o dever de comparticipação financeira por parte do Estado para a sua Formação, teriam um objectivo a alcançar: a *excelência*. Já que *nada menos do que a excelência deve ser desejado*.

O Advogado há-de ser exigente e rigoroso consigo próprio, antes de o ser com os demais. *E há-de ter presente que todos os dias, mas todos os dias, no exercício da sua vida profissional, se submete a exames*. Cada peça processual que elabora, cada consulta que dá, cada julgamento em que participa é um exame. E importa que «*passe*» em tais exames.

Porque não é ele que «*passa*», mas a *vida*, a *honra*, a *liberdade* ou a *fazenda* de quem nele confiou.

E isso não pode ser deixado ao acaso, nem ao improviso.

Eu tive um sonho... I had a dream...

A última pessoa que disse esta frase morreu assassinada.

Mas o sonho tornou-se *realidade*.

Os tempos mudaram, porém, Já há sinais de mudança. Importa que, todos juntos, sem rivalidades ou ressentimentos, lutemos para que haja *Justiça*.